



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE

Informe

Nº 81 – Dezembro 2014

**Caracterizando a Redução da Extrema Pobreza
no Ceará - 2012 e 2013.**

Uma análise comparativa com Brasil e Nordeste.

ipece INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Régis Façanha Dantas – Diretor de Estudos Sociais

IPECE Informe - nº 81-Dezembro de 2014

Elaboração

Flavio Ataliba F. D. Barreto

Carlos Alberto Manso

Raquel da Silva Sales

Revisão: *Laura Carolina Gonçalves*

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência;

Rigor científico;

Competência profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéa

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe** disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Nesta Edição

Este Informe contribui para o debate sobre a superação da miséria ao analisar a extensão da extrema pobreza no Ceará, Região Nordeste e Brasil, e a dinâmica recente (2012 a 2013) deste grupo populacional, o qual possui o maior nível de vulnerabilidade econômica, com renda domiciliar *per capita* igual a R\$ 83,68 (valor em reais de setembro de 2013, equivalente à linha oficial de R\$ 70,00, definida pelo Governo Federal para setembro de 2010). A análise inclui distribuição do grupo de pessoas em situação de extrema pobreza por áreas censitárias (áreas urbanas, rurais e regiões metropolitanas) e por faixas etárias. Os resultados demonstram crescimento da pobreza extrema nas áreas urbanas e nas regiões metropolitanas e retração nas áreas rurais. A faixa etária que inclui pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, embora seja aquela com menor participação relativa, foi a que apresentou os maiores aumentos em termos de extrema pobreza, em todas as localidades analisadas. No Ceará, diferentemente do que ocorrera no Brasil e no Nordeste, houve redução da extrema pobreza considerando-se a população como um todo. Ademais, a extrema pobreza no Estado é maior entre os indivíduos com idade entre 0 e 14 anos e cresceu em termos absolutos apenas entre a população idosa.

1. Evolução dos Empregos Celetistas

1. Introdução

O Brasil, após o Plano Real e especialmente a partir de 2003, iniciou uma trajetória importante no que se refere à redução dos seus níveis de pobreza e de desigualdade. Assim, o País se aproxima da ordem mundial conduzida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o estabelecimento das chamadas *metas do milênio*, em que se priorizou o combate à miséria e à fome, e se buscou o chamado crescimento inclusivo - ou pró-pobre - isto é, um modelo em que a ampliação da renda média é acompanhada de reduções na desigualdade, provocando aumento do bem-estar social; ou, de outra forma, aquele em que os indivíduos mais pobres se beneficiam proporcionalmente mais dos benefícios do crescimento econômico.

Mais recentemente, em junho de 2011, no governo da presidente Dilma Rousseff, houve o estabelecimento do plano *Brasil sem Miséria*, de combate à extrema pobreza no País, e que objetiva promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre. Devido à relevância dessa política pública - cuja meta é tornar residual a extensão da pobreza extrema no País -, aumentou-se, de forma natural, o interesse por esse grupo de pessoas. Nessa direção, o IPECE, por exemplo, frequentemente tem produzido estudos sobre o tema, monitorando os indicadores e construindo análises que podem servir de apoio quando do desenho de políticas de combate à pobreza no Estado.

Dessa forma, o presente estudo, cuja fonte dos dados é a Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, contribui para o debate sobre a superação da extrema pobreza no Brasil, na Região Nordeste e no Ceará, ao acompanhar a dinâmica recente (de 2012 a 2013) desta classe de renda, caracterizada por uma renda domiciliar mensal *per capita* menor ou igual a R\$ 83,68². A análise inclui a distribuição desse grupo populacional por áreas censitárias (áreas urbanas, rurais e regiões metropolitanas) e por faixas etárias. Naturalmente, as informações se traduzem em instrumentos para planejamento de políticas específicas para essa área.

¹ As informações pertinentes ao ano de 2012 se referem à base reponderada com as projeções da população do Brasil e das unidades da federação pela revisão 2013 do IBGE.

² O Governo Federal definiu uma linha de extrema pobreza igual a R\$ 70,00, avaliada em reais de setembro de 2010. Esse valor de R\$ 83,68 é tão somente essa linha oficial deflacionada para setembro de 2013, pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Para tanto, este Informe está organizado como se segue. Além desta seção introdutória, há uma seção em que são apresentadas as mudanças ocorridas nos dois últimos anos, em números totais da extrema pobreza no Ceará, comparativamente com os do Nordeste e do Brasil, com duas subseções que mostram os recortes por área censitária (região metropolitana, urbana e rural) e por faixa etária; a terceira seção é dedicada às considerações finais. Por fim, há os Anexos 1 e 2, contendo, respectivamente, o número de extremamente pobres em cada unidade federativa brasileira, nos anos de 2006 e 2013, e um resumo dos indicadores citados no estudo.

2. Extrema Pobreza – Brasil, Ceará e Nordeste - 2012 e 2013

Pelos dados apresentados na TABELA 1, observa-se que, comparativamente a 2012, o Brasil teve em 2013 um aumento de quase 600 mil pessoas no grupo dos extremamente pobres; na Região Nordeste esta ampliação foi de 64 mil indivíduos. No Ceará, entretanto, cerca de 22 mil pessoas deixaram a condição de pobreza extrema.

TABELA 1: Número de Extremamente Pobres – Brasil, Ceará e Nordeste - 2012-2013

Local	2012	2013	(2013 - 2012)	(2013 - 2012)%
Brasil	7.499.200	8.098.417	599.217	7,99%
Ceará	717.746	695.454	-22.292	-3,11%
Nordeste	4.315.674	4.380.360	64.686	1,50%

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/IBGE

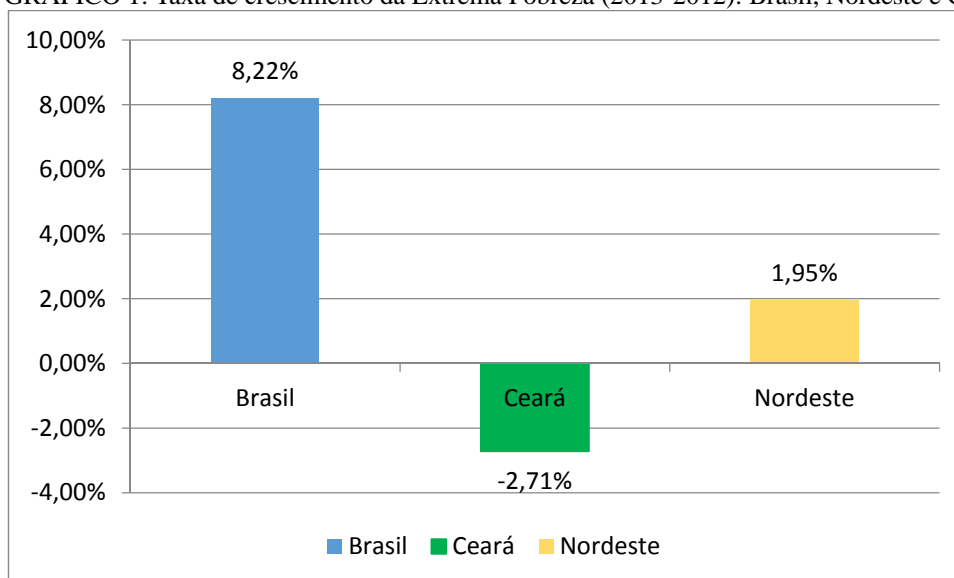
Na TABELA 2 são apresentados os dados sobre a proporção de extremamente pobres. No GRÁFICO 1, por sua vez, são mostradas as variações (%) deste indicador, de 2012 a 2013. Observa-se que, da mesma forma que para o indicador número de extremamente pobres, a proporção de pessoas em situação de extrema pobreza cresceu no Brasil (8,22%) e no Nordeste (1,95%), enquanto que no Ceará houve redução de -2,71%.

TABELA 2: Proporção de Extremamente Pobres – Brasil, Ceará e Nordeste - 2012-2013

Local	2012	2013	(2013 - 2012)%
Brasil	3,93%	4,26%	8,22%
Ceará	8,49%	8,26%	-2,71%
Nordeste	8,02%	8,18%	1,95%

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/IBGE

GRÁFICO 1: Taxa de crescimento da Extrema Pobreza (2013-2012): Brasil, Nordeste e Ceará.



Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/IBGE

2.1 Extrema Pobreza – Recortes por Área Censitária

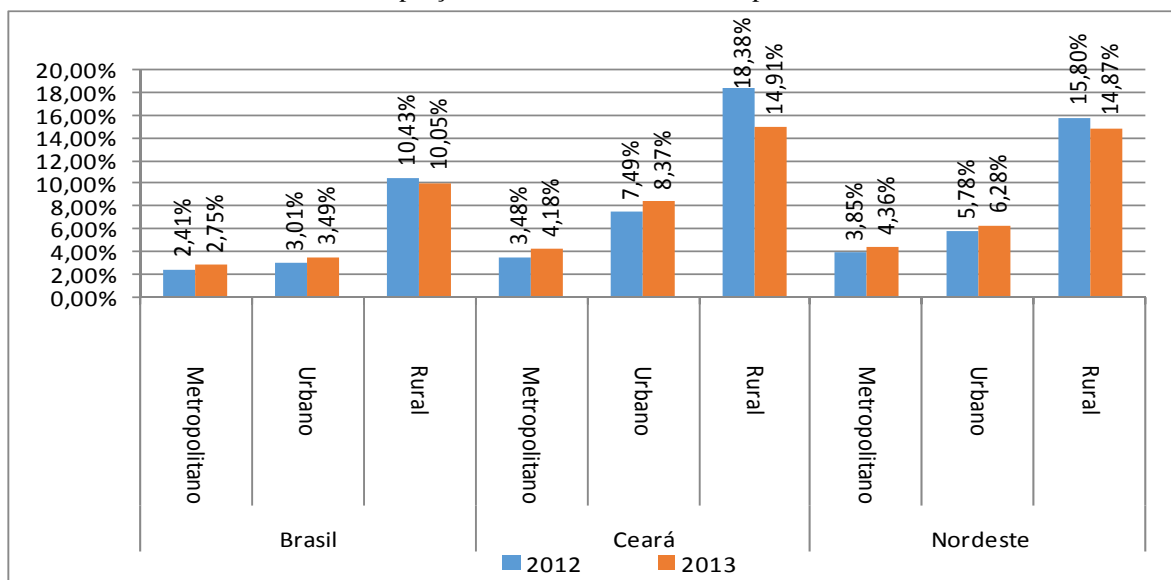
No recorte por áreas censitárias, cujo dados estão apresentados na TABELA 3 e no GRÁFICO 2, nota-se que, tanto para o Brasil, como para o Nordeste e o Ceará, o número de extremamente pobres cresceu nas áreas urbanas e nas regiões metropolitanas e diminuiu nas zonas rurais. Com efeito, pouco mais de 80 mil brasileiros moradores de áreas rurais deixaram a situação de pobreza extrema. Efeitos demográficos, migratórios ou políticas específicas para o meio rural podem ajudar explicar os movimentos observados.

TABELA 3: Número de Extremamente Pobres por Áreas Censitárias – Brasil, Ceará e Nordeste - 2012 e 2013.

Local	2012	2013	(2013 - 2012)	(2013 - 2012)%
Brasil	7.499.200	8.098.417	599.217	7,99%
<i>Metropolitano</i>	1.379.839	1.568.249	188.410	13,65%
<i>Urbano</i>	3.164.874	3.656.293	491.419	15,53%
<i>Rural</i>	2.954.487	2.873.875	-80.612	-2,73%
Ceará	717.746	695.454	-22.292	-3,11%
<i>Metropolitano</i>	125.690	149.304	23.614	18,79%
<i>Urbano</i>	205.549	226.190	20.641	10,04%
<i>Rural</i>	386.507	319.960	-66.547	-17,22%
Nordeste	4.315.674	4.380.360	64.686	1,50%
<i>Metropolitano</i>	418.202	461.500	43.298	10,35%
<i>Urbano</i>	1.668.059	1.807.444	139.385	8,36%
<i>Rural</i>	2.229.413	2.111.416	-117.997	-5,29%

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/IBGE

GRÁFICO 2: Proporção de Extremamente Pobres por Áreas Censitárias



Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/IBGE

2.2 Extrema Pobreza – Recortes por Faixas Etárias

Nas TABELAS 4 e 5 tem-se a distribuição da extrema pobreza por faixas de idade, considerando, respectivamente, os indicadores número de extremamente pobres e proporção da pobreza extrema. Nacionalmente, o incremento com base nos dois períodos ocorreu em todas essas classes. No Ceará, cujos os dados estão também representados no GRÁFICO 3, houve acréscimos da pobreza extrema na classe jovem (de 15 a 29 anos de idade) e nos idosos (60 anos ou mais de idade). Entretanto, como

já visto, o movimento total no Estado foi de redução na extensão da pobreza extrema, especialmente pelas diminuições nos grupos de crianças (de 0 a 14 anos de idade) e de adultos (30 a 59 anos). Em uma busca por determinantes desses resultados, é relevante que se leve em conta, entre outros, os rebatimentos estaduais das mudanças ocorridas no Programa Bolsa Família-PBF, que aumentou a cobertura para famílias com crianças de 0 a 6 anos e de adolescentes de 7 a 15 anos.

TABELA 4: Número de Extremamente Pobres por Faixa Etária – Brasil, Ceará e Nordeste - 2012 e 2013

Local	2012	2013	(2013 - 2012)	(2013 - 2012)%
Brasil	7.499.200	8.098.417	599.217	7,99%
0 a 14 anos	2.928.768	3.113.229	184.461	6,30%
15 a 29 anos	1.831.989	1.952.632	120.643	6,59%
30 a 59 anos	2.490.628	2.709.282	218.654	8,78%
60 anos ou mais	247.815	323.274	75.459	30,45%
Ceará	717.746	695.454	-22.292	-3,11%
0 a 14 anos	277.694	265.843	-11.851	-4,27%
15 a 29 anos	187.223	188.769	1.546	0,83%
30 a 59 anos	242.302	224.526	-17.776	-7,34%
60 anos ou mais	10.527	16.316	5.789	54,99%
Nordeste	4.315.674	4.380.360	64.686	1,50%
0 a 14 anos	1.746.227	1.755.532	9.305	0,53%
15 a 29 anos	1.087.201	1.101.060	13.859	1,27%
30 a 59 anos	1.402.243	1.421.597	19.354	1,38%
60 anos ou mais	80.003	102.171	22.168	27,71%

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/IBGE.

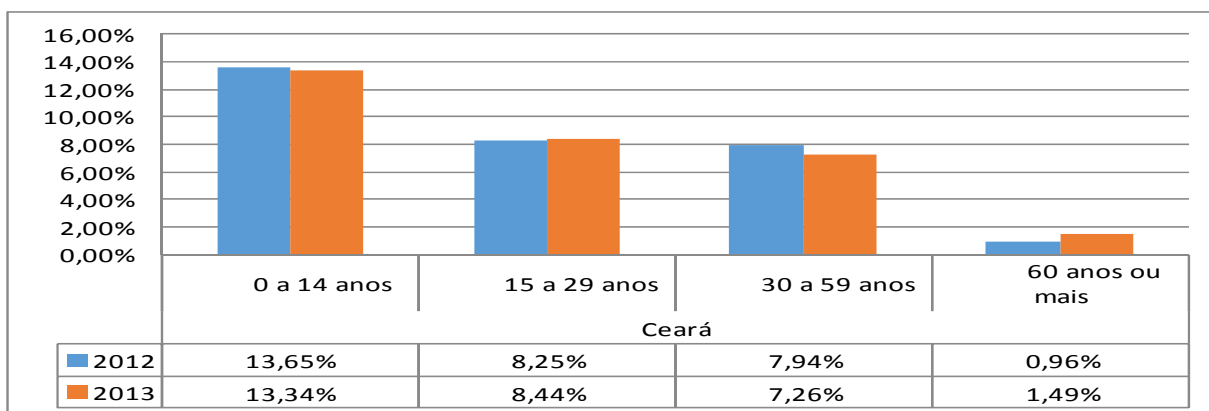
Nota-se ainda que 13,34% das crianças no Ceará se encontram em situação de extrema pobreza. Entre os jovens, essa proporção é de 8,44%. Ademais, 1,54% dos cearenses com idade igual ou superior a 60 anos tem renda domiciliar *per capita* abaixo da linha de miséria. Particularmente sobre esse grupo populacional, é relevante lembrar que quando um idoso consegue demonstrar a insuficiência de renda para sobrevivência, ele recebe do Governo Federal uma transferência constitucional de um salário mínimo, o chamado **Benefício de Prestação Continuada**. Dessa forma dependendo do perfil domiciliar dos idosos, essa renda contribui para que ele não esteja nas estatísticas da extrema pobreza e isso pode ajudar a explicar a pequena representatividade desta faixa etária; obviamente, entretanto, a menor participação desta classe na distribuição populacional deve ser primeiramente observada.

TABELA 5: Proporção de Extremamente Pobres por Faixa Etária – Brasil, Ceará e Nordeste

Local	2012	2013	(2013 - 2012)%
Brasil	3,93%	4,26%	8,22%
<i>0 a 14 anos</i>	6,65%	7,26%	9,13%
<i>15 a 29 anos</i>	3,89%	4,23%	8,86%
<i>30 a 59 anos</i>	3,30%	3,54%	7,37%
<i>60 anos ou mais</i>	1,03%	1,31%	26,53%
Ceará	8,49%	8,26%	-2,71%
<i>0 a 14 anos</i>	13,65%	13,34%	-2,29%
<i>15 a 29 anos</i>	8,25%	8,44%	2,30%
<i>30 a 59 anos</i>	7,94%	7,26%	-8,53%
<i>60 anos ou mais</i>	0,96%	1,49%	55,00%
Nordeste	8,02%	8,18%	1,95%
<i>0 a 14 anos</i>	12,80%	13,15%	2,71%
<i>15 a 29 anos</i>	7,77%	8,12%	4,46%
<i>30 a 59 anos</i>	7,10%	7,08%	-0,20%
<i>60 anos ou mais</i>	1,25%	1,55%	24,51%

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/IBGE.

GRÁFICO 3: Proporção de Extremamente Pobres por Faixas Etárias- Ceará 2012 e 2013.



Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/IBGE.

3. Considerações Finais

O estudo contribui para o debate sobre a superação da extrema pobreza no Brasil, na Região Nordeste e no Ceará, que teve especial impulso após o estabelecimento das metas do milênio pela ONU e implantação do Plano Brasil sem Miséria, pelo Governo Federal. Ao incluir recortes espaciais (distribuição por áreas censitárias) e demográficos (distribuição por faixas etárias) possibilita uma melhor compreensão sobre os movimentos recentes (de 2012 a 2013) desta classe de renda, o que pode ser importante quando do desenho de políticas específicas.

O aumento da extensão da pobreza extrema no País e na Região Nordeste de 2012 a 2013, embora de menor magnitude - o que permite até mesmo que seja considerado uma oscilação dentro da margem de erro da pesquisa (PNAD/IBGE) -, deve ser melhor compreendido, especialmente quando se leva em conta que a meta institucional é a superação da situação de miséria de todo brasileiro.

O estudo mostra que ainda há mais de 8 milhões de brasileiros vivendo em situação de extrema vulnerabilidade social, sendo que, destes, 54% estão nos estados da região Nordeste. Em termos de localização geográfica, essas pessoas estão mais distribuídas nas áreas urbanas do País, que concentram cerca de 45% do total; entretanto, no Nordeste, pode-se afirmar que a extrema pobreza é predominantemente rural, uma vez que estão nessas áreas 48% das pessoas vivendo em situação de miséria.

Diferente do Brasil, o Ceará não teve quebra na trajetória de queda da extrema pobreza. Isso pode ser atribuído em parte ao cenário econômico, uma vez que a taxa de crescimento da economia cearense em 2013 esteve acima da média nacional, o que gerou nesse ano a expansão de mais de 70 mil empregos. Além do que, no caso ainda do Ceará, é de se imaginar que os programas de busca ativa e os benefícios do programa Brasil Carinhoso possam ter contribuído para os números positivos em nosso Estado. Entretanto, deve-se ter em mente que o aumento do custo de vida no país, aliado à não correção dos benefícios pode ter, por outro lado, prejudicado a melhoria mais significativa desses indicadores.

Por fim, fica ainda o desafio do Estado de continuar a reduzir de forma significativa esse contingente. Apesar de termos retirado mais de 450 mil pessoas da extrema pobreza nos últimos

7 anos, temos ainda um contingente expressivo nessa condição, correspondendo a pouco mais de 8% de nossa população, sendo a terceira maior proporção do país (ver TABELA 6). Nesse sentido, é importante continuar a aperfeiçoar as ações públicas nessa direção, especialmente desenhando políticas complementares às ações em andamento do Governo Federal. O **Programa para Resultados, PforR**, em execução no Ceará em parceria com o Banco Mundial, tendo parte com foco nas famílias mais carentes, pode ter resultados importantes nessa direção, mas é importante imaginar também novas políticas.

Tabela 6: Proporção de Extremamente Pobres, Unidades Federativas Brasileiras

Unidades Federativas	2006		2013		(2013 - 2006)		
	%	RK	%	RK	%	RK	Nr Pessoas
Acre	11,37%	7	7,05%	7	-38,00%	12	-21.974
Alagoas	18,01%	3	10,16%	2	-43,59%	4	-235.623
Amapá	4,02%	18	4,28%	15	6,54%	25	4.590
Amazonas	7,94%	11	7,35%	5	-7,39%	24	14.140
Bahia	11,73%	6	7,26%	6	-38,13%	11	-604.590
Ceará	14,35%	4	8,26%	3	-42,44%	5	-468.378
Distrito Federal	2,50%	24	1,74%	26	-30,49%	15	-12.708
Espírito Santo	4,38%	16	3,21%	18	-26,68%	16	-31.830
Goiás	2,71%	22	2,00%	23	-26,04%	18	-30.540
Maranhão	19,69%	1	15,11%	1	-23,27%	19	-238.686
Mato Grosso	4,13%	17	3,67%	17	-10,96%	22	-7.980
Mato Grosso do Sul	3,84%	19	2,30%	21	-40,10%	9	-32.137
Minas Gerais	3,78%	20	2,49%	20	-34,04%	13	-223.598
Pará	7,11%	13	6,31%	9	-11,33%	21	-21.006
Paraíba	10,65%	8	6,34%	8	-40,44%	8	-145.427
Paraná	2,50%	23	1,84%	25	-26,41%	17	-62.609
Pernambuco	12,71%	5	7,44%	4	-41,44%	6	-430.179
Piauí	18,06%	2	5,59%	10	-69,04%	1	-374.295
Rio de Janeiro	2,30%	25	3,14%	19	36,57%	27	131.091
Rio Grande do Norte	9,52%	10	5,14%	11	-45,96%	3	-128.956
Rio Grande do Sul	3,31%	21	1,95%	24	-41,01%	7	-141.438
Rondônia	6,16%	14	3,78%	16	-38,70%	10	-33.527
Roraima	5,40%	15	4,35%	14	-19,40%	20	623
Santa Catarina	1,06%	27	1,39%	27	31,98%	26	23.249
São Paulo	2,18%	26	2,02%	22	-7,56%	23	-51.688
Sergipe	9,71%	9	4,60%	13	-52,65%	2	-95.022
Tocantins	7,22%	12	4,93%	12	-31,71%	14	-24.593

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/IBGE

ANEXO 1

Número de Extremamente Pobres por Unidades Federativas			
Unidades Federativas	2006	2013	(2013 - 2012)
Acre	75.453	53.479	-21.974
Alagoas	560.694	325.071	-235.623
Amapá	24.827	29.417	4.590
Amazonas	263.895	278.035	14.140
Bahia	1.647.230	1.042.640	-604.590
Ceará	1.163.832	695.454	-468.378
Distrito Federal	56.993	44.285	-12.708
Espírito Santo	151.241	119.411	-31.830
Goiás	154.027	123.487	-30.540
Maranhão	1.223.341	984.655	-238.686
Mato Grosso	118.259	110.279	-7.980
Mato Grosso do Sul	89.973	57.836	-32.137
Minas Gerais	722.408	498.810	-223.598
Pará	502.789	481.783	-21.006
Paraíba	389.929	244.502	-145.427
Paraná	256.708	194.099	-62.609
Pernambuco	1.077.045	646.866	-430.179
Piauí	550.956	176.661	-374.295
Rio de Janeiro	341.043	472.134	131.091
Rio Grande do Norte	295.127	166.171	-128.956
Rio Grande do Sul	351.215	209.777	-141.438
Rondônia	96.815	63.288	-33.527
Roraima	19.966	20.589	623
Santa Catarina	62.274	85.523	23.249
São Paulo	856.546	804.858	-51.688
Sergipe	193.362	98.340	-95.022
Tocantins	95.560	70.967	-24.593
Brasil	11.341.508	8.098.417	-3.243.091

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/IBGE

ANEXO 2: PAINEL RESUMO DOS INDICADORES

Indicador	Mudança ocorrida em 2013 em comparação com 2012		
	BR	NE	CE
Nº de extremamente Pobres	↑	↑	↓
Nº de extremamente Pobre- urbana	↑	↑	↑
Nº de extremamente Pobre- metropolitana	↑	↑	↑
Nº de extremamente Pobre- Rural	↓	↓	↓
Nº de extremamente Pobres com idade entre 0 e 14 anos	↑	↑	↓
Nº de extremamente Pobres com idade entre 15 e 19 anos	↑	↑	↓
Nº de extremamente Pobres com idade entre 30 e 59 anos	↑	↑	↓
Nº de extremamente Pobres com idade igual ou superior a 60 anos	↑	↑	↑